

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE SÃO LUÍS - SICREDI SÃO LUÍS
CNPJ/MF nº 08.143.326/0001-80

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
CIRCULANTE	11.659	7.969	CIRCULANTE	6.195	4.955
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	137	27	DEPÓSITOS (NOTA 10)	4.046	3.266
Disponibilidades	137	27	Depósitos a Vista	2.231	1.353
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	4.008	1.423	Depósitos a Prazo/Sob Aviso	1.815	1.913
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	4.008	1.423			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	5.585	5.549	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1	3
Operações de Crédito	6.095	6.164	Recursos em Trânsito de Terceiros	1	3
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(510)	(614)			
OUTROS CRÉDITOS	1.488	970			
Rendas a Receber	107	62			
Diversos (NOTA 06)	1.390	913	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 11)	778	611
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(9)	(5)	Empréstimos Pais - Outras Instituições	778	611
			OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.370	1.075
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	441	-	Cobrança e Arrecadação de Tributos	7	5
Outros Valores e Bens	441	-	Sociais e Estatutárias	274	218
			Fiscais e Previdenciárias	46	72
			Diversas (NOTA 12)	1.043	780
NÃO CIRCULANTE	3.208	4.300	NÃO CIRCULANTE	5.315	4.508
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.208	4.300	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.315	4.508
			DEPÓSITOS (NOTA 10)	5.240	3.998
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	2.711	3.809	Depósitos a Prazo	5.240	3.998
Operações de Crédito	2.959	4.230	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 11)	41	501
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(248)	(421)	Empréstimos Pais - Outras Instituições	41	501
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06)	9	9	OUTRAS OBRIGAÇÕES	34	9
Diversos	9	9	Diversas (NOTA 13)	34	9
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.357	2.806
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	367	315	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	2.821	2.612
Outros Investimentos	367	315	De Domiciliados no País	5.342	4.729
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	118	161	(Capital a Realizar)	(2.521)	(2.117)
Outras Imobilizações de Uso	407	403	RESERVAS DE SOBRAS	78	24
(Depreciação acumulada)	(289)	(242)	Reserva de Lucros	78	24
INTANGÍVEL (NOTA 09)	3	6	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS (NOTA 14)	458	170
Outros Ativos Intangíveis	19	18	Sobras/Perdas acumuladas	458	206
(Amortização acumulada)	(16)	(12)	Perdas de exercícios anteriores	-	(36)
TOTAL DO ATIVO	14.867	12.269	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.867	12.269

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE SÃO LUÍS - SICREDI SÃO LUÍS
CNPJ/MF nº 08.143.326/0001-80

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
			(Não Auditado)						(Reapresentado)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.575	-	1.575	5.418	-	5.418	4.108	-	4.108
Operações de Crédito	1.575	-	1.575	5.418	-	5.418	4.108	-	4.108
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	316	-	316	(3.428)	-	(3.428)	(2.722)	-	(2.722)
Operações de Captação no Mercado	(419)	-	(419)	(803)	-	(803)	(617)	-	(617)
Operações de Empréstimos e Repasses	(81)	-	(81)	(180)	-	(180)	(44)	-	(44)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	816	-	816	(2.445)	-	(2.445)	(2.061)	-	(2.061)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.891	-	1.891	1.990	-	1.990	1.386	-	1.386
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(705)	39	(666)	(1.293)	60	(1.233)	(801)	29	(772)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	-	87	87	-	170	170	-	139	139
Rendas de Tarifas Bancárias	82	-	82	148	-	148	114	-	114
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(325)	(8)	(333)	(679)	(45)	(724)	(773)	(31)	(804)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(435)	(11)	(446)	(772)	(27)	(799)	(626)	(30)	(656)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(24)	(1)	(25)	(33)	(1)	(34)	(12)	(1)	(13)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 16)	571	-	571	828	-	828	829	-	829
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 17)	(574)	(28)	(602)	(785)	(37)	(822)	(333)	(48)	(381)
RESULTADO OPERACIONAL	1.186	39	1.225	697	60	757	585	29	614
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(5)	(0)	(5)	(5)	(0)	(5)	(13)	(1)	(13)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.182	39	1.221	692	60	752	572	28	601
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(7)	(7)	-	(12)	(12)	-	(6)	(6)
Provisão para Imposto de Renda	-	(3)	(3)	-	(6)	(6)	-	(3)	(3)
Provisão para Contribuição Social	-	(4)	(4)	-	(6)	(6)	-	(3)	(3)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.182	32	1.214	692	48	740	572	22	595
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	-	-	-	(31)	(1)	(33)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.182	32	1.214	692	49	741	541	21	562
DESTINAÇÕES	(154)	-	(154)	(235)	(48)	(283)	(334)	(22)	(356)
Juros sobre o Capital Próprio	(154)	-	(154)	(154)	-	(154)	(298)	-	(298)
Fates - Estatutário	-	-	-	(27)	-	(27)	(12)	-	(12)
Fates - Com Atos Não Cooperados	-	-	-	-	(48)	(48)	-	(22)	(22)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(54)	-	(54)	(24)	-	(24)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	1.028	32	1.060	457	1	458	207	(1)	206

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 (Em milhares de Reais)
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE SÃO LUÍS
SICREDI SÃO LUÍS.
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE SÃO LUÍS - SICREDI SÃO LUÍS

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.214	741	562
Resultado do exercício	1.214	741	562
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(941)	(330)	(83)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(861)	(275)	(170)
Depreciação do imobilizado de uso	23	23	20
Amortização do intangível	(28)	(28)	31
Baixas do ativo permanente	-	-	84
(Reversão) para passivos contingentes	-	25	(13)
Destinações ao FATES	(75)	(75)	(35)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	1.566	2.400	(626)
(Aumento) Redução em Serviços de Compensação de Cheques	12	-	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	954	1.340	(3.462)
(Aumento) Redução em outros créditos	(299)	(521)	(447)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(438)	(441)	-
Aumento (Redução) em depósitos	1.629	2.023	2.076
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(192)	-	-
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(1)	(2)	2
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(420)	(293)	879
Absorção de dispêndios pelo FATES	63	55	14
(Redução) Aumento em outras obrigações	258	239	312
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.839	2.811	(147)
Aquisição de Investimentos	(11)	(52)	(30)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(43)	(36)	(115)
Aplicações no Intangível	72	87	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	18	(1)	(145)
Integralização de capital	(11)	208	463
Juros ao capital próprio	(154)	(154)	(298)
Distribuição de Sobras/Compensação de perdas	-	(170)	83
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(165)	(116)	248
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.692	2.694	(44)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.452	1.450	1.494
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	4.144	4.144	1.450

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE SÃO LUÍS - SICREDI SÃO LUÍS
CNPJ/MF nº 08.143.326/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	2.149	35	-	(154)	2.030
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de perdas para associados	-	-	-	83	83
Outras destinações - Utilização da Reserva	-	(35)	-	35	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.612	-	-	-	2.612
Baixas de capital	(2.149)	-	-	-	(2.149)
Resultado do período (Reapresentado)	-	-	-	562	562
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(12)	(12)
Reserva Legal - Estatutária	-	24	-	(24)	-
Fates sobre Atos não cooperados	-	-	-	(22)	(22)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-
Juros ao Capital Próprio (Reapresentado)	-	-	-	(298)	(298)
Saldos no fim do período em 31/12/2015	2.612	24	-	170	2.806
Mutações do Período	463	(11)	-	324	776
Saldos no início do período em 01/01/2016	2.612	24	-	170	2.806
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(170)	(170)
Outras destinações - Utilização da Reserva	-	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	368	-	-	-	368
Baixas de capital	(159)	-	-	-	(159)
Resultado do período	-	-	-	741	741
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(27)	(27)
Reserva Legal - Estatutária	-	54	-	(54)	-
Fates sobre Atos não cooperados	-	-	-	(48)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	-	-
Juros ao Capital Próprio	-	-	-	(154)	(154)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	2.821	78	-	458	3.357
Mutações do Período	209	54	-	288	551
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	2.832	24	-	(473)	2.383
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	121	-	-	-	121
Baixas de capital	(132)	-	-	-	(132)
Resultado do período	-	-	-	1.214	1.214
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(27)	(27)
Reserva Legal - Estatutária	-	54	-	(54)	-
Fates sobre Atos não cooperados	-	-	-	(48)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-
Juros ao Capital Próprio	-	-	-	(154)	(154)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	2.821	78	-	458	3.357
Mutações do Período	(11)	54	-	931	973

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE SÃO LUÍS - SICREDI SÃO LUÍS, anteriormente denominada Unicred São Luís - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais de Saúde de São Luís, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito Norte Nordeste - Central Sicredi NNE ("Central Sicredi N/NE") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/05/2002 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

Conforme Ata da Assembleia Extraordinária do Conselho de Administração do dia 31 de março deste 2016, foi aprovada a proposta de Filiação ao Sistema Sicredi.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, bem como o resultado de suas operações, os valores abaixo descritos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e divulgados para fins de comparação, estão sendo representados.

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL (i)			
Ativo Não circulante	4.300	-	4.300
Imobilizado de Uso	105	56	161
Diferido	56	(56)	-
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS (ii)			
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.083	1.025	4.108
Operações de Crédito	2.852	1.256	4.108
Resultado da Centralização Financeira	231	(231)	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(942)	(1.780)	(2.722)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(281)	(1.780)	(2.061)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.825)	1.053	(772)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	73	756	829
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(678)	297	(381)
DESTINAÇÕES	(58)	(298)	(356)
Juros sobre o Capital Próprio	-	(298)	(298)
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (iii)			
Resultado do período	264	298	562
Juros ao Capital Próprio	-	(298)	(298)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (iii)			
Resultado do exercício	264	298	562
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(125)	42	(83)
Aumento / Redução em Provisões Para Outros Créditos	(176)	6	(170)
Baixas do ativo permanente	-	84	84
(Reversão) para passivos contingentes	-	(13)	(13)
Destinações ao FATES	-	(35)	(35)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(634)	8	(626)
(Aumento) Redução em outros créditos	(441)	(6)	(447)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	14	14
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(493)	346	(147)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(61)	(84)	(145)
Juros ao capital próprio	-	(298)	(298)
Destinação de sobras - FATES	(36)	36	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	512	(264)	248

(i) reclassificação de saldos oriundos de perentorias em imoveis e outros saldos anteriormente classificados no grupo de diferido;

(ii) alocação de receitas de recuperação de crédito em grupo de Operações de Crédito e de receitas de centralização financeira em grupo de Outros Ingressos e Receitas Operacionais;

(iii) os juros sobre o capital próprio estão sendo reapresentados de acordo com os requisitos de divulgação do COSIF, os quais determinam que tais valores sejam apresentados como destinação específica nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, bem como reclassificação das destinações de FATES do grupo de atividades de financiamentos para ajustes ao lucro líquido. As demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2016 não foram auditadas.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria em 03 de fevereiro de 2017

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota 09 - Imobilizado de uso e intangível, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

l) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota 09 - Imobilizado de uso e intangível.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades		
Caixa	24	27
Depósitos bancários	113	-
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	4.008	1.423
Total	4.145	1.450

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	4.439	1.620	6.059	6.782
Financiamentos	1.656	1.339	2.995	3.612
Carteira total	6.095	2.959	9.054	10.394

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	710	-	710	572
Total	710	-	710	572

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	7.425	8.314	37	42
Nível B	1,00	378	405	4	4
Nível C	3,00	795	447	24	13
Nível D	10,00	214	258	21	26
Nível E	30,00	378	756	113	227
Nível F	50,00	6	90	3	45
Nível G	70,00	13	41	9	29
Nível H	100,00	555	655	556	654
Total		9.764	10.966	767	1.040

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos com característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 9 (2015 - R\$ 5).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	319	1.462	2.686	2.570	7.037	8.573
Cartão	-	582	128	-	710	572
Pessoas Jurídicas	54	603	971	389	2.017	1.821
Total	373	2.647	3.785	2.959	9.764	10.966

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	1.596	16,35%	1.870	17,05%
50 devedores seguintes	4.018	41,15%	4.977	45,39%
100 devedores seguintes	3.078	31,52%	3.039	27,71%
Demais	1.072	10,98%	1.080	9,85%
Total	9.764	100%	10.966	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo inicial		Reapresentado
Constituição de provisão	1.040	1.211
Reversão de provisão	2.445	2.061
Saldo final	(2.720)	(2.231)
	767	1.040

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 354(2015 - R\$ 856), foram registradas como "Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo".

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais	5	4
Adiantamentos por conta de imobilizações	410	197
Impostos e contribuições a compensar	1	1
Opções por Incentivos Fiscais	1	1
Operações com cartões (Nota 5a)	710	572
Devedores Diversos (i)	263	138
Total Circulante	1.390	913
Devedores por depósitos em garantia (ii)	9	9
Total realizável a longo prazo	9	9

(i) Refere-se à pendências a regularizar, acompanhamento de cartões, gestão compartilhada, movimento conta corrente não processado.

(ii) Refere-se à Depósito judicial em ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital e sobre sobras.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio		
Imóveis	441	-
Total Circulante	441	0

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Norte Nordeste	355	315
Sicredi Participações S.A.	10	-
Outras Participações e Investimentos	-	-
Sicredi Fundos Garantidores	1	-
Outras Ações e Cotas	1	-
Total	367	315

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.	Sicredi Fundos Garantidores	Cooperativa Central Sicredi	
	2016	2016	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	10	1	355	315
Percentual de participação	0,00	0,61	0,00	0,00
Capital social	869.279	165.000	120.083	105.363
Patrimônio líquido	911.739	204.709	132.984	116.408
Lucro líquido do exercício	41.442	10.965	1.650	1.090
Valor do investimento	10	1	355	315

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso (i)	-	408	(290)	118	161
Edificações	4%	-	-	-	-
Instalações	10%	220	(182)	38	12
Móveis e equipamentos de uso	10%	86	(46)	40	102
Sistema de comunicação	10%	6	(3)	3	4
Sistema de processamento de dados	20%	52	(46)	6	11
Sistema de segurança	10%	44	(13)	31	32
Intangível (ii)		19	(16)	3	6
Investimentos Confederação					
Outros ativos intangíveis		19	(16)	3	6
Total		427	(306)	121	167

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos valores recuperáveis.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	2.231	-	-	2.231	1.353
Depósitos a prazo	516	1.299	5.240	7.055	5.911
Total	2.747	1.299	5.240	9.286	7.264

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	778	611
Cooperativa Central Sicredi N/NE	778	611
Total circulante	778	611

Empréstimos no país - outras instituições	41	501
Cooperativa Central Sicredi N/NE	41	501
Total exigível a longo prazo	41	501

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 1,37% a.m. com vencimentos até 16/02/2018.

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar	61	115
Credores diversos(i)	982	665
Total circulante	1.043	780

Provisão para passivos contingentes (ii)	34	9
Total exigível a longo prazo	34	9

(i) Refere-se a : Pendência a regularizar, acompanhamento de Gestão, valores a repassar cartão de crédito, valores a repassar cartão de débito e movimento c/c da compensação a ser processado em 02/01/2017.

(ii) Refere-se à , ações trabalhistas, outros processos e Depósitos Judiciais referente a ação da obrigatoriedade de recolhimento do IR S/ as Sobras nos referidos pleitos o entendimento do nosso jurídico é que estes são atos cooperativos.

NOTA 13 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Cível	9	-	-	9
Tributária	-	25	-	25
Total	9	25	-	34

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Cível	Provável	9	9
Tributária (i)	Provável	25	-
Total		34	9

(i) Refere-se à Depósito judicial em ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital e sobre sobras.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	2.821	2.612
Total de associados	967	873

Em 31 de dezembro de 2016, as cooperativas aumentaram seu capital social no montante de R\$ 368 (2015 – R\$ 2.612), sendo R\$ 144 (2015 – R\$ 0,00) via integralização de sobras e R\$224 (2015 – R\$ 2.612), via integralização de quotas-partes. Baixou seu capital no montante de R\$ 159 (2015 - R\$ 2.149).

b) Juros ao Capital

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE SÃO LUÍS - SICREDI SÃO LUÍS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,58% em Capital, referente a 40% da Taxa SELIC, no montante de R\$ 154, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE SÃO LUÍS - SICREDI SÃO LUÍS, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 10% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

d) Sobras ou perdas acumuladas

Conforme estabelece a Carta-Circular 3.300 (CMN) de 27/02/2008, apresentamos abaixo a composição, a forma e o prazo de compensação das perdas relativas aos exercícios anteriores:

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro	741	562
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais de 42%	(311)	(236)
Exclusões / (Adições):		
Lucros e Dividendos	3	-
Receita com atos cooperativos	291	240
Constituição de PPR pessoal	-	(14)
Prejuízo Fiscal	7	4
Efeito da alteração de alíquota da CSLL	-	-
Outros Líquidos	11	4
Subtotal	312	234
IRPJ e CSLL registrados no resultado	1	(2)

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas com as Centrais, Confederação, Banco e Fundos de Investimento Absolute:

	2016	2015
Ativo	4.468	1.797
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	4.008	1.423
Rendas a receber	93	59
Investimentos (Nota 08)	367	315
Passivo	819	1.112
Obrigações por empréstimos (Nota 11)	819	1.112
Receitas	407	272
Depósitos intercooperativos (nota 17)	359	231
Outros ingressos e receitas operacionais	48	40
Despesas	465	285
Operações de Empréstimos e Repasses	180	44
Outros Dispendios Despesas Operacionais	285	241

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	334	15%	110
Depósitos a prazo	323	5%	440
Operações de crédito	349	4%	483

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	9	19
Rendas de créditos baixado como prejuízo	354	524
Receita de Ingressos Intercooperativos	359	231
Reversão de provisões operacionais	35	1
Outras rendas operacionais (i)	64	54
Rendas de participações	7	-
Total	828	829

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015 Reapresentado
Despesas com Depreciação	23	20
Despesas com Amortização	28	31
Contribuição a Cooperativa Central	96	76
Contribuições cooperativistas / OCE	7	3
Contribuição FGV	1	2
Despesas Anuidade Cartao Crédito Bansicred	37	33
Ajuste de Exercício Anterior	1	-
Despesa com Projeto Totalcoop	158	134
Despesa com Comitê de Investimento	4	4
Despesa com Comitê de Marketing	3	3
Despesa com milhas cartão de crédito Sicredi	21	8
Fraude Cartão de Crédito	-	6
Despesas Anuidade Cartão de Débito Bansicredi	10	16
Direito de Uso da Marca Unicred	1	1
Desempenho da Atividade	10	6
Despesa com Saque Cartão	13	6
Variação Cambial Negativa	5	2
Custos de Manutenção do Sistema	22	22
Contribuição SFG	1	-
Outras despesas operacionais	12	6
Desconto Concedidos em Opr de Crédito	369	1
Total	822	381

NOTA 19 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

Não há garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações nos exercícios de 2016 e 2015.

NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

De modo a atender o requerido nas Resoluções do CMN nº 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09 e 3.988/11 e 4090/12, a Central Sicredi Norte/Nordeste implantou estrutura de gerenciamento de Risco compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e Centrais da instituição, que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, com o intuito de se realizar um efetivo gerenciamento dos riscos: Operacional, de Mercado, de Crédito, de Liquidez e de Capital.

A Central Sicredi Norte/Nordeste adota uma Política de Gestão de Riscos Corporativa, intitulada Regulamento de Gestão de Riscos do Central Sicredi Norte/Nordeste, que visa padronizar as estruturas organizacionais, as responsabilidades, os conceitos e definições, além de disciplinar a Gestão de Riscos em todos os níveis da estrutura do Central Sicredi Norte/Nordeste. Os sistemas, metodologias e procedimentos utilizados na mensuração dos riscos da Central Sicredi Norte/Nordeste estão descritas nos Manuais Corporativos de Riscos, onde cada tipo de risco possui seu manual específico.

As descrições da Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Central Sicredi N/NE.

Segue um breve resumo dos principais controles realizados pela Área de Riscos:

a) Risco de Mercado

Riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

- Diariamente são analisados os relatórios de Risco de Mercado contendo o cálculo do VaR (Value at Risk) dos recursos aplicados pela Central Sicredi N/NE no Mercado Financeiro, aberto por Carteira, Produto e Fator de Risco, assim como o acompanhamento do Teste de Estresse para a referida carteira.
- Além da apuração gerencial do risco de mercado é realizada também a apuração mensal das parcelas referentes ao risco de mercado (Pjur / Pcam / Pcom / Pacs / Rban), parcelas que compõem o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 4.192,13, assim como é realizada a elaboração

b) Risco de Crédito

Riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

- Mensalmente são avaliados os relatórios de Risco de Crédito contendo o cálculo da Perda Esperada (Exposição ao Default x Probabilidade de Default x Perda após Default) e o VaR de Crédito para os recursos aplicados pela Central Sicredi N/NE aberto por Carteira, Produto e Rating.
- Além da apuração gerencial do risco de crédito é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco de crédito (Pepr), parcela que compõe o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 4.192/13.

c) Risco de Liquidez

O monitoramento do risco de liquidez tem por objetivo identificar nas Filiadas, de maneira tempestiva e prudencial, situações de risco de liquidez em não conformidade com o índice estabelecido para o Central Sicredi Norte/Nordeste, bem como situações que possam trazer consequências negativas em termos de continuidade para seus negócios. Após o estabelecimento de rotinas diárias de apuração do risco de liquidez e da divulgação de relatórios gerenciais aos gestores das Filiadas, tem ocorrido uma melhoria significativa nos índices auferidos, resultado do empenho do Central no fortalecimento e segurança na gestão dos negócios.

d) Risco Operacional

Riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e Centrais, ou de eventos externos.

- Mensalmente são gerados e analisados os relatórios de Risco Operacional contendo a relação analítica de todas as perdas operacionais registradas no Central, assim como as respectivas ações de mitigação dos riscos identificados.
- Além da apuração gerencial das perdas operacionais é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco operacional (Popr), uma das parcelas que compõe o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 3.490/07. A metodologia utilizada para apuração da parcela Popr é o BIA e) Risco de Capital

O gerenciamento de risco de capital na Cooperativa busca uma melhor eficiência na composição dos fatores que impactam no índice de Basileia III, que mede a sua solvência.

f) Basileia III

Mensalmente são avaliados o DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais) das Filiadas e da Central e o DRM (Demonstrativo de Risco de Mercado) da Central Sicredi NNE, onde o DLO contém informações referentes ao Patrimônio de Referência (PR), aos detalhamentos dos cálculos do Limite de Imobilização e do Limite de Compatibilização do PR com o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e o DRM contempla informações relativas às exposições ao risco de mercado.

A Central Sicredi N/NE conta com uma equipe de 05 colaboradores, sendo eles responsáveis pela análise e gerenciamento da área de riscos da Central e de suas Filiadas.

NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:		
Capital principal - CP	3.356	2.805
Capital social	2.821	2.612
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	78	24
Lucros acumulados	458	170
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial		
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1,19	0,86
Capital complementar - CC		
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:		
Total do capital qualificado	3.356	2.805
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	11.107	10.200
Índice sobre o PR considerando a RBAN	30,21%	26,95%
Situação para o limite de imobilização	1.557	1.263
Índice de imobilização (limite 50%)	4,07%	4,57%

NOTA 21 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

CÍCERO EVANDRO SOARES SILVA

Diretor Presidente
CPF: 237.228.512-20

JANDREY PAULO JULIAO DE SOUZA

Diretor Administrativo
CPF: 750.606.713-72

ALOÍSIO ROSADO FILHO

Diretor Financeiro
CPF: 010.100.144-47

Marcelina Felix dos Santos

Contador
CRC:8288/O-5
CPF: 043.354.464-38